



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ACTA Nº 07/2009

Aos dezassete dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro Secretário da Mesa Susana Maria Goulart Pereira da Costa e do Segundo - Secretário Anabela da Silva Calisto.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de boas noites a todos os Membros da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação. Apresentou os novos membros deste Órgão Deliberativo Norberto Carlos Cordeiro Ponte e Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa, que nos termos e para efeitos do disposto no nº 1 do artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, passaram a integrar a composição da Assembleia Municipal de Lagoa – Açores, face à renúncia apresentada na Assembleia Municipal, pelos membros Paula Catarina Castelo Borges Andrade e Nuno Filipe Medeiros Martins, respectivamente. Referiu o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que esta sessão da Assembleia Municipal foi marcada para o dia 17 de Dezembro, antes das Festas do Natal, tendo em atenção ao apelo apresentado pelo membro Paulo Jorge Borges, na última sessão do ano de 2008.

Procedeu-se de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Susana Maria Goulart Pereira da Costa; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Leonel da Rosa da Silveira; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Gilberto Gouveia Branquinho; Cláudia Maria Medeiros Galego; Natália de Medeiros; Jorge Alberto Barbosa Almeida; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; André Carvalho Almeida; Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Maria do Rosário Andrea Mirante

Afonso; Rosa Maria Cabral Borges; Rodolfo Martins Marques da Silva; Norberto Carlos Cordeiro Ponte; Pedro Miguel da Silva Monteiro; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria e Anabela da Silva Calisto.

Não compareceu à sessão o membro Albertina Maria da Costa Oliveira.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar pelos Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz, Durval Carlos Almeida Faria, Marco Paulo da Silva Teixeira, Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

Participou ainda na sessão, no período de intervenção aberto ao público, o cidadão Jorge Amaral Borges morador na freguesia de Nossa Senhora do Rosário.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou que, atendendo que foram enviadas cópias das actas aos membros representativos dos Partidos neste Órgão Deliberativo, fosse dispensada a leitura das actas, o que foi aceite, por unanimidade. O Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a acta da Quarta Sessão ordinária, do dia 8 de Setembro de 2009. A acta foi aprovada, por maioria, com dez abstenções dos novos membros neste mandato: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Susana Maria Goulart Pereira da Costa; Cláudia Maria Medeiros Galego; Natália de Medeiros; Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Rosa Maria Cabral Borges; Pedro Miguel da Silva Monteiro; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa e Roberto Manuel Sousa Oliveira, dos vinte e cinco membros presentes no plenário.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a acta da Primeira Reunião, do dia 23 de Outubro de 2009. A acta foi aprovada, por maioria, com uma abstenção do novo membro Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa, dos vinte e cinco membros presentes no plenário.

Posteriormente, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a acta da Sessão Extraordinária, do dia 26 de Novembro de 2009. A acta foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e cinco membros presentes no plenário.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida no período de 9 de Setembro a 17 de Dezembro de 2009 que se encontrou à disposição para consulta.

Informou que correu bem a sua participação, do Senhor Presidente da Câmara Municipal e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, no XVIII Congresso da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses e apresentou o programa e documentação para consulta.

Pelo membro Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso foi recebida comunicação, solicitando justificação da falta à sessão extraordinária de 26 de Novembro de 2009. A Mesa considerou justificada a falta.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

PROPOSTA - VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi apresentada a proposta para atribuição de um Voto de Congratulação ao Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, que abaixo se transcreve:

"Considerando a recente eleição, por unanimidade, do Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, Senhor Eng. João António Ferreira Ponte, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores - AMRAA, o que vem demonstrar o reconhecimento por parte de todos os autarcas da Região Autónoma dos Açores à sua capacidade, eficiência e dinâmica;

Considerando também que o Senhor Eng. João António Ferreira Ponte foi eleito para fazer parte do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP, em função do novo cargo que exerce no poder local regional como Presidente da AMRAA.

Esta eleição traduz-se num motivo de reconhecimento e orgulho para os Lagoenses e para os Açores, em geral, pelo que proponho à Assembleia Municipal a atribuição de um Voto de Congratulação ao Senhor Eng. João António Ferreira Ponte bem como o desejo dos maiores sucessos no desempenho das suas novas funções."

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Congratulação ao Presidente da Câmara Municipal de Lagoa.

Pelo membro Roberto Manuel Sousa Oliveira, eleito pelo CDS - PP foi apresentada a proposta para atribuição de um Voto de Congratulação ao Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, que abaixo se transcreve:

"Eu, Roberto Manuel Sousa Oliveira, membro desta Assembleia Municipal de Lagoa, no âmbito das minhas funções e conforme o estipulado no Regimento, proponho que se vote nesta sessão um voto de congratulação pela nomeação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, Eng. João Ponte, para a Presidência da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores."

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Congratulação ao Presidente da Câmara Municipal de Lagoa.

PROPOSTA PARA A ATRIBUIÇÃO DE UM VOTO DE PESAR:

O membro Paulo Jorge Borges na sua intervenção deu as boas noites a todos os presentes na Assembleia Municipal. Desejou a todos um Santo Natal, que se lembrem o que se comemora nesta época, e um Bom Ano de 2010, com saúde e trabalho.

Propôs à Assembleia Municipal em seu nome e dos membros: Vasco Garcia; Leonel da Silveira; Cláudia Galego; Francisco Vieira; Rosa Borges; Pedro Monteiro e António Augusto Borges a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Gilberto Rodrigues Furtado, cujo teor abaixo se transcreve e que se anexa à presente acta:

"Considerando que:

1. O Poder Local Autárquico é essencial ao desenvolvimento das populações;
2. Todos aqueles que despendem parte da sua vida ao desenvolvimento das localidades e das pessoas merecem por tal facto serem recordados como exemplos de cidadania activa em prol dos outros;
3. O Município de Lagoa deve reconhecer o papel dos autarcas, independentemente das suas filiações partidárias;
4. Gilberto Rodrigues Furtado foi desde cedo uma pessoa atenta aos problemas das pessoas, tendo sido o primeiro Presidente da Junta de Freguesia de N. Sra. do Rosário eleito após o 25 de Abril, tendo exercido funções entre 1977 e 1979;
5. Numa altura de grandes privações e dificuldades, Gilberto Rodrigues Furtado desenvolveu as funções de autarca, perseguindo sempre o bem comum, para além

de ter sido um empresário activo e bem-sucedido, mercê do seu empenho e do sentido de oportunidade em prol do progresso da sua terra.

Com efeito, Gilberto Rodrigues Furtado foi um Lagoense de reconhecido mérito, cidadão activo e participativo, tendo inclusivamente passado este testemunho de vida aos seus filhos, que agora seguem com redobrada participação o caminho trilhado pelo pai.

Sendo a sua vida um exemplo que engrandece todos os Lagoenses, os Deputados Municipais abaixo-assinados propõem assim o presente Voto de Pesar pelo falecimento de Gilberto Rodrigues Furtado.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento do cidadão lagoense Gilberto Rodrigues Furtado.

PEDIDO DE CARTÃO ESPECIAL DE IDENTIFICAÇÃO:

Pelos membros Vasco Garcia; Leonel da Silveira; Cláudia Galego; Paulo Jorge Borges; Francisco Vieira; Rosa Borges e Pedro Monteiro foi presente o pedido que abaixo se transcreve:

“Os deputados abaixo assinados solicitam ao abrigo do artigo 1º e) do Regimento desta Assembleia o Cartão Especial de Identificação.

Para os fins convenientes, em anexo encontram-se as fotografias dos requerentes.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

AUTÁRQUICAS 2009:

O membro Paulo Jorge Borges referiu que na sequência das Eleições Autárquicas de Outubro de 2009, louva a atitude da Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco, Anabela Calisto, pela forma democrática como convidou todos os membros da oposição para estar presente na tomada de posse da Assembleia, daquela Freguesia.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

ASSUNTOS DIVERSOS:

O membro Paulo Jorge Borges solicitou as seguintes informações:

- Qual o ponto de situação da construção da nova escola, na Vila de Água de Pau;
- Sobre a situação de entulhos à saída de Água de Pau (Pisão) e que foram notícia na comunicação social e uma má notícia para a Lagoa;

- Sobre a composição da Comissão Municipal de Toponímia do Município de Lagoa (Açores).

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, agradeceu o Voto de Congratulação e referiu que espera no final deste mandato ser reconhecido por isso. Informou que a Câmara Municipal de Lagoa também se associou com um Voto de Pesar pelo falecimento do cidadão lagoense Gilberto Rodrigues Furtado.

Sobre as questões colocadas informou o seguinte:

- Está a decorrer pelo Governo Regional dos Açores e dentro dos prazos, o concurso público internacional da Empreitada de Construção da EB 2,3 de Água de Pau no Concelho de Lagoa;

- Sobre a situação de entulhos no Pisão, não foi uma má notícia, foi um “flagrante” apresentado por um fotógrafo. A situação decorreu na Estrada Regional e foi concluído o processo de limpeza;

- Sobre a Proposta de Regulamento Municipal de Toponímia do Município de Lagoa (Açores), a mesma encontra-se em discussão pública e posteriormente será presente à Assembleia Municipal, para aprovação nos termos da Lei.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PROTECÇÃO CIVIL:

O Membro Pedro Monteiro deu as boas-vindas aos novos membros da Assembleia Municipal e parabéns ao Senhor Presidente da Câmara Municipal pelo cargo de Presidente do Conselho de Administração da AMRAA e pela eleição para fazer parte do Conselho Directivo da ANMP.

Expôs que na madrugada do passado dia 15 de Dezembro, uma enxurrada provocou avultados danos em várias freguesias do Concelho da Praia da Vitória, na Ilha Terceira e apontou para o exemplo da falta de limpeza das ribeiras e de vigilância. Solicitou esclarecimentos sobre a Protecção Civil no Concelho de Lagoa e se existe um responsável a tempo inteiro, pela coordenação e vigilância de questões relacionadas com a Protecção Civil no Concelho de Lagoa.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que todos tivemos conhecimento dos resultados da catástrofe que ocorreu na Ilha da Terceira mas não sabemos qual a dimensão da bacia hidrográfica em causa.

Informou que a Câmara Municipal tem feito um trabalho de acompanhamento e vigilância nas questões relacionadas com a Protecção Civil do Concelho de Lagoa e a

Secretaria Regional do Ambiente e do Mar celebrou protocolos com as Juntas de Freguesia do Concelho de Lagoa, com vista à limpeza das ribeiras.

De acordo com a Lei das Autarquias Locais é da sua competência dirigir, em estreita articulação com o Serviço Regional de Protecção Civil, o Serviço Municipal de Protecção Civil, tendo em vista o cumprimento dos planos e programas estabelecidos e a coordenação das actividades a desenvolver no domínio da protecção civil.

O membro Pedro Monteiro referiu que, em sua opinião, deveria haver um técnico a tempo inteiro para a Protecção Civil no Concelho de Lagoa e para assegurar o serviço nas ausências do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Alertou ainda para a existência de outros perigos para além das ribeiras, nomeadamente, os tornados e a proximidade do Concelho de Lagoa com o vulcão da Lagoa do Fogo.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que compreende a preocupação manifestada pelo membro Pedro Monteiro. Informou que existe um Plano de Emergência do Concelho de Lagoa - Açores, que irá ser actualizado, e em situações de catástrofe será accionado, como foi no caso do tornado em que o Plano foi activado e com sucesso.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

ASSUNTOS DIVERSOS:

O membro Francisco Vieira na sua intervenção referiu que se congratula com a eleição do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa para a Presidência da AMRAA. Apresentou as seguintes situações:

- Solicitou uma melhor organização do espaço onde decorrem as sessões da Assembleia Municipal, opinando que o mesmo deveria estar organizado em círculo e com melhor apoio técnico ao nível do som;
- Solicitou esclarecimentos sobre a dívida do Governo da República aos Municípios das Regiões Autónomas;
- Fez referência ao acidente nos Barrancos, em Água de Pau, e alertou que aquele espaço merece uma maior atenção face ao perigo que oferece à população;
- Solicitou informação sobre a obra do Auditório Ferreira da Silva, em Água de Pau;
- Alertou para o estado degradante que se encontra o abrigo de passageiros, junto aos CTT, na freguesia do Rosário.

O membro Roberto Oliveira apresentou uma crítica, face à hora tardia da sessão desta Assembleia Municipal, marcada para as 20h30, atendendo que estão agendados trabalhos de real importância para o Município de Lagoa, tais como, o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2010.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que já se realizaram sessões da Assembleia Municipal, de tarde, mas face à ocupação profissional de alguns dos membros desta Assembleia Municipal, ficavam impossibilitados de comparecer às sessões agendadas em horário de expediente.

O membro Vasco Garcia retomou o assunto respeitante à Protecção Civil, referindo que esta é uma área que directamente lhe interessa. Teve o cuidado de examinar a estrutura do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Lagoa e verificou que não está previsto preencher o lugar de Coordenador Técnico do Serviço Municipal de Protecção Civil. Em sua opinião, julga essencial preencher um lugar por um técnico com competências específicas na área da Protecção Civil. O Concelho de Lagoa tem que dar alguns passos para tentar resolver a questão de uma delegação dos Bombeiros Voluntários no Concelho de Lagoa.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, e na sequência dos diversos assuntos apresentados pelos membros acima referidos, esclareceu o seguinte:

- O Auditório dos Paços do Concelho é o melhor espaço disponível para a realização das sessões da Assembleia Municipal. Em 2010, a Câmara Municipal vai estudar a instalação de um sistema de som, que será utilizado no Auditório e poderá melhorar as condições de audição do espaço;
- Os bons resultados alcançados no último Congresso da ANMP, no que se refere ao compromisso político dos 5% do IRS, foram fruto de um trabalho de articulação entre o Presidente da AMRAA, do Governo Regional dos Açores e do Governo da República. Esteve em debate a situação dos 5% do IRS que não eram transferidos pelo Governo da República para Municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, desde o passado mês de Março;
- Foi feito um reforço da sinalização na Vila de Água de Pau. Por parte do Governo Regional dos Açores, com competências na matéria, não foi aprovado a colocação de barreiras porque põe em risco o leito da ribeira. A Câmara Municipal tem feito um acompanhamento nesta área;

- Sobre a obra do Auditório Ferreira da Silva, em Água de Pau, informou que aquele espaço já está inactivo alguns anos. Foi equacionado um novo modelo, com um cariz de polivalência para albergar várias actividades, mas só agora foi possível, pois a prioridade da Câmara Municipal de Lagoa respeitou o saneamento básico da Vila de Água de Pau. No mandato anterior foi aprovado um Contrato - Programa entre o Município de Lagoa e a Empresa Municipal de Lagoa, para delegação da construção de três obras importantes para o Concelho de Lagoa: Construção da Pousada da Juventude; Construção do Núcleo Museológico Ferreira da Silva, em Água de Pau e a Requalificação Urbanística da Baixa d'Areia, na Caloura.

A Construção do Núcleo Museológico Ferreira da Silva, em Água de Pau, será concluída neste mandato, no próximo ano, irão avançar as obras de Requalificação Urbanística da Baixa d'Areia, na Caloura e a Construção da Pousada da Juventude;

- Relativamente ao abrigo de passageiros, junto aos CTT, na freguesia do Rosário informou que aquele espaço já foi reconstruído várias vezes e tem sido com frequência alvo de vandalismo. Já foi feito a ordem de trabalhos aos respectivos Serviços para colocarem novamente os vidros;

- Sobre o preenchimento de um lugar de Coordenador Técnico do Serviço Municipal de Protecção Civil, ao longo destes anos, a Câmara Municipal nunca sentiu a necessidade de ocupar aquele lugar. Contudo esta questão ficará em aberto.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO Nº 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:

O Senhor Presidente da Assembleia apresentou a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como a informação da situação financeira, documentos que foram enviados a todos os membros da Assembleia Municipal.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que a Informação apresentada das Actividades Desenvolvidas e entregue aos membros desta Assembleia Municipal, se refere ao período compreendido entre 01/09/2009 e 09/12/2009 e opinou que as primeiras seis páginas não deveriam constar do documento apresentado, pois referem-se a actividades desenvolvidas nos meses de Julho e Agosto de 2009.

Referiu ainda que, em sua opinião, continuam a cometer o mesmo erro que já enumerou no mandato anterior. Há situações que não deveriam constar desta informação e há outras que são repetidas. São feitas considerações, propaganda e são uma cópia das notícias que foram para a comunicação social.

Sobre a presente Informação teceu as seguintes considerações:

- No assunto "Melhoria de acessos para fixação de mais empresas na Lagoa" refere que "... apesar de ter a noção que outros de forma irresponsável dirão o contrário ...", e opinou que isto são comentários. Está referido ainda no segundo parágrafo "... numa extensão aproximada de 450 m, representou um investimento autárquico em cerca de 370 mil euros ..." enquanto na página 10 "Obra de Requalificação da Rua do Tanque e Caminho da Malaca" está referido "... numa extensão aproximada de 2610 m, ... num investimento autárquico que rondou os 400 mil euros ..." e questionou o porquê da diferença de custos;
- No assunto "Orfeão de Nossa Senhora do Rosário" refere "... o Presidente da Câmara Municipal de Lagoa teceu, em seu nome pessoal, palavras ..." comentou que se são, em nome pessoal, não devem constar numa Informação sobre a Actividade da Câmara Municipal;
- Na página 5 no assunto "Dia do Mar" refere "... mais uma tourada à corda ..." e expôs que devíamos ter orgulho nas nossas tradições e não importar outras;
- A informação sobre o novo Parque de Estacionamento da Rua Prof. João Ferreira da Silva, em Água de Pau, foi apresentada de forma disfarçada na informação sobre a "Praça da República em Água de Pau";
- Foi instalado um "Pólo de Informática na Atalhada" e questionou como está o processo de Elevação do Lugar da Atalhada a Freguesia;
- Comentou que a "Praça Velha" tem história e lamenta que se lapide a memória de um povo, com a nova designação atribuída à Praça Velha de "Praça da República Portuguesa" porque honrar algo que tem apenas 100 anos em detrimento de outra que tem quase 500 anos não é aceitável. Sugeriu que o Instituto Cultural Padre João José Tavares fizesse parte da composição da Comissão Municipal de Toponímia do Município de Lagoa (Açores);
- Sobre o "Lançamento da 1ª Pedra da Construção da Pousada da Juventude" questionou o que está previsto para este ano de intercâmbios;
- Sobre o assunto "Apoio às Escolas e Instituições do Concelho" comentou que concorda com tudo o que seja para bem da Educação no Concelho de Lagoa.

O membro Pedro Monteiro referiu que, em sua opinião, o Auditório não tem condições para a realização das sessões da Assembleia Municipal. Expôs que quando leu a Informação apresentada das Actividades Desenvolvidas pela Câmara Municipal, pareceu-lhe estar a ler a revista "Saber Açores" mas sem fotografias. Sobre a "Obra de Construção das Infra-Estruturas do Tecnoparque" referiu que existe uma inadequação entre a designação do espaço e as componentes que o irão compor, no anúncio está a habitação e questionou onde está a tecnologia e a investigação científica. Comentou que a designação de "Tecnomarques" seria a mais indicada.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu o membro Pedro Monteiro e solicitou que terminasse a sua intervenção pois estava muito demorada e confusa e que reformulasse a sua questão. O membro Pedro Monteiro protestou afirmando que a sua intervenção não estava sendo longa nem desrespeitadora.

O membro Paulo Jorge Borges lamentou mais uma vez o comentário do Senhor Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal. Referiu que o membro Pedro Monteiro estava a apresentar a sua intervenção e no âmbito das suas funções. Compete à Assembleia Municipal apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse que o membro Paulo Jorge Borges deveria alterar a postura nas suas intervenções. Face à postura e política que adoptam tiveram os resultados eleitorais que todos conhecem. Os Lagoenses não se identificam com este tipo de postura.

O Órgão Executivo foi criticado anteriormente por não disponibilizar informação. Este Executivo coloca na informação todas as actividades que a Câmara Municipal realizou, participou e apoiou, com toda a transparência. São desnecessários comentários deste género e aconselhou que se preocupassem com assuntos importantes para o Concelho de Lagoa.

Sobre a diferença dos valores das duas obras, informou que não é possível comparar a natureza das respectivas obras. Na obra de maior extensão foi feita uma recarga de asfalto enquanto na obra de menor extensão foram feitos trabalhos completos para uma estrada nova e com todas as infra-estruturas inerentes.

Relativamente à intervenção do membro Pedro Monteiro lamentou que tenha tentado brincar com a designação de "Tecnomarques" e que não lhe admite este tipo de insinuação. Referiu, que o membro que tanto gosta de falar em dignidade, com este

tipo de actuação revela que não é digno nem tem dignidade para estar presente nesta Assembleia Municipal. Os membros do PSD protestaram.

Mais informou o Senhor Presidente da Câmara que na obra do Tecnoparque está a decorrer as obras de infra-estruturas do loteamento e será da responsabilidade do Governo Regional dos Açores o investimento na área de tecnologia.

Pelos membros: Paulo Jorge Borges; Leonel da Silveira; António Augusto Borges; Francisco Vieira e Cláudia Galego, foi presente o Voto de Protesto, que abaixo se transcreve e que se anexa à presente acta:

“Venho por este meio protestar pelo facto do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagoa ter afirmado que o Sr. Deputado Monteiro não tinha dignidade nem era digno de estar nesta Assembleia.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e não havendo mais intervenções passou-se ao ponto seguinte.

PONTO Nº 2 – 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO FINANCEIRO PARA O ANO DE 2009:

Pela Câmara Municipal foi presente a 4ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua actual redacção. A Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, apresenta uma diminuição às importâncias do Orçamento inicial, quer na receita como na despesa, no montante de 1.213.450,00 € (um milhão duzentos e treze mil quatrocentos e cinquenta euros).

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, explicou que se procedeu à 4ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de forma a corrigir os valores do orçamento inicial, atendendo que a escritura de aquisição dos 33 fogos no Loteamento da Longueira foi celebrada, no dia 30 de Dezembro de 2008. A referida verba foi incluída no Orçamento para o ano de 2009, porque aquando da elaboração do Orçamento não havia a confirmação da data de transferência de verba por parte do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

O membro Vasco Garcia referiu que consultando a Situação Financeira referente ao ano de 2009, verificou que a mesma apresenta um problema. As taxas de execução apresentam valores baixos, quase metade do total previsto, o que quer dizer que o Orçamento para 2009, foi inflacionado ou a Câmara Municipal de Lagoa não tem capacidade para execução do Orçamento e solicitou esclarecimentos sobre esta

situação. Comentou que a dotação apresentada é absolutamente irrealista, em sua opinião, a previsão de dotação tem de estar o mais próximo possível da realidade. Neste sentido, considera que esta incapacidade de previsão orçamental também se reflecte na proposta do Orçamento para o ano de 2010.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, esclareceu que este é um problema geral das Autarquias Locais e não há falta de capacidade de gestão por parte da Câmara Municipal de Lagoa. Ao longo destes últimos anos tem havido alguma dificuldade em arrecadar receitas e este ano foi particularmente agravado pela falta de transferências da participação do IRS, de receitas provenientes do sector imobiliário e de transferências dos Fundos Comunitários. Acrescentou ainda que o Orçamento tem que ser equilibrado.

O membro Roberto Oliveira também se manifestou sobre a previsão da dotação orçamental apresentada, que considerou pouco realista. Espera que em 31/12/2009 as taxas de execução apresentem melhores resultados.

O membro Filomena Carneiro referiu que a situação da crise mundial afectou o sector imobiliário com consequências na arrecadação de receitas, por parte da Câmara Municipal, com uma previsão financeira que acabou por não se efectuar.

O membro Vasco Garcia sugeriu que no futuro utilizem dotações mais baixas.

Foi pelo Senhor Presidente da Assembleia posta à votação, a 4ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por maioria, com três votos contra dos membros: Vasco Garcia; Francisco Vieira e Pedro Monteiro e uma abstenção do membro Paulo Jorge Borges, dos vinte e cinco membros presentes:

1º Aprovar a 4ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de 1.213.450,00 € (um milhão duzentos e treze mil quatrocentos e cinquenta euros) de acordo com o que preconiza a alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em acta, de acordo com o Decreto-Lei nº 45 362 de 21 de Novembro de 1963, com a nova redacção dada ao artigo 5º pelo Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de Agosto;

3º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 3 – DESIGNAÇÃO DE QUATRO MEMBROS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LAGOA:

Pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Lagoa, foi presente o ofício nº 540/2009, de 16 de Novembro do ano em curso, cujo teor abaixo se transcreve:

“Conforme assunto mencionado em epígrafe, e na sequência da reunião restrita desta CPCJ de Lagoa, no p.p. dia 11 do corrente mês e ano, e tendo em conta o novo mandato deste Órgão deliberativo, vimos por este meio solicitar a V. Exa. se digne nomear os representantes da Assembleia Municipal, tendo por base o disposto na alínea I) do artigo 17º (Composição da Comissão Alargada) da Lei 147/99, de 1 de Setembro.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que fossem designados: um membro do PSD; um membro do CDS-PP e dois membros do PS.

Pelos oito membros do PSD foi presente a proposta que abaixo se transcreve e que se anexa à presente acta:

“No âmbito do ponto 3 da ordem de trabalhos “Designação de quatro membros para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Lagoa” os deputados do PSD abaixo assinados propõem os seguintes representantes:

1. Cláudia Galego
2. Rosa Borges
3. Pedro Monteiro
4. António Augusto Borges.”

Após troca de impressões foi aceite, por unanimidade, a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

1º Designar os seguintes membros para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Lagoa:

- Rosa Maria Cabral Borges;
- Roberto Manuel Sousa Oliveira;
- Olga Maria Rodrigues Borges Soares;
- Norberto Carlos Cordeiro Ponte.

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 4 – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES NO CONSELHO LOCAL DE EDUCAÇÃO DE LAGOA:

Pelo Conselho Local de Educação de Lagoa, foi presente o ofício nº 21, datado de 4 de Dezembro do ano em curso, cujo teor abaixo se transcreve:

“De acordo com o nº 2 do artigo 135º do Decreto Legislativo Regional nº 35/2006/A, de 6 de Setembro, o mandato dos membros do Conselho Local de Educação expira com o termo do mandato da Câmara Municipal. De forma a dar cumprimento ao disposto na alínea b) e c) do referido artigo vimos, por este meio, solicitar a V. Exa. para ser designado nessa Assembleia Municipal a nomeação de três membros da Assembleia Municipal e um Presidente de Junta de Freguesia para constituir o Conselho Local de Educação de Lagoa.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que fossem designados: um membro do PSD; um membro do CDS-PP; um membro do PS e um Presidente de Junta do PS.

Pelos oito membros do PSD foi presente a proposta que abaixo se transcreve e que se anexa à presente acta:

“No âmbito do ponto 4 da ordem de trabalhos “Designação dos Representantes no Conselho Local de Educação de Lagoa” os deputados do PSD abaixo assinados propõem os seguintes representantes:

1. Vasco Garcia
2. Leonel da Silveira
3. Paulo Jorge Borges
4. António Augusto Borges (Presidente da Junta de Freguesia).”

Após troca de impressões foi aceite, por unanimidade, a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

1º Designar os seguintes representantes no Conselho Local de Educação de Lagoa:

- Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia;
- Roberto Manuel Sousa Oliveira;
- Susana Maria Goulart Pereira da Costa;
- Anabela da Silva Calisto – Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco.

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 5 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2010:

De acordo com o estipulado no Decreto - Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua actual redacção, foi presente a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de 2010.

Na proposta do Orçamento foi prevista uma receita total de 19.795.000,00 euros (dezanove milhões setecentos e noventa e cinco mil euros), sendo 8.145.256,00 euros (oito milhões cento e quarenta e cinco mil duzentos e cinquenta e seis euros) de receitas correntes e 11.649.744,00 euros (onze milhões seiscentos e quarenta e nove mil setecentos e quarenta e quatro euros) de receitas de capital, para uma despesa de igual montante, sendo 8.145.256,00 euros (oito milhões cento e quarenta e cinco mil duzentos e cinquenta e seis euros) de despesas correntes e 11.649.744,00 euros (onze milhões seiscentos e quarenta e nove mil setecentos e quarenta e quatro euros) de despesas de capital.

O investimento imputado ao Plano Plurianual de Investimentos foi no montante de 9.058.705,00 euros (nove milhões cinquenta e oito mil e setecentos e cinco euros) e no Plano de Actividades Municipal foi de 1.329.301,00 euros (um milhão trezentos e vinte e nove mil trezentos e um euros), totalizando as Grandes Opções do Plano em 10.388.006,00 euros (dez milhões trezentos e oitenta e oito mil e seis euros).

Verificado o equilíbrio orçamental aos documentos acima mencionados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação o Orçamento para 2010 bem como as Grandes Opções do Plano.

O membro Vasco Garcia referiu que a Câmara Municipal apresentou uma proposta do Orçamento para o ano financeiro de 2010, no montante de 19.795.000,00 €, mais baixa do que o Orçamento para 2009 cerca de 10%. Realçou que houve uma preocupação em reduzir mas ainda está desadequada da realidade, com uma dotação sobreavaliada, face aos resultados das taxas de execução do ano em curso. Comentou que para o Orçamento de 2010 a Câmara Municipal deveria ter tido em conta o diferencial de 2009, de forma a não haver um afastamento entre a dotação e a execução superior a 20-25%.

Pelo membro Paulo Jorge Borges foram solicitados esclarecimentos a várias rubricas do Orçamento da Despesa e a acções descritas no Plano Plurianual de Investimentos, tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, prestado os devidos esclarecimentos.

O membro Paulo Jorge Borges sublinhou a opinião exposta pelo membro Vasco Garcia em relação à dotação da proposta de Orçamento para 2010. Referiu que na acta da reunião da Câmara Municipal onde foi presente a proposta de Orçamento para 2010 refere "... foi um orçamento elaborado com algum cuidado ..." e opinou que então não foi feito com o devido cuidado.

Apresentou e leu a Declaração de Voto subscrita pelos membros: Vasco Garcia; Leonel da Silveira; Cláudia Galego; Paulo Jorge Borges; Francisco Vieira; Rosa Borges e Pedro Monteiro que abaixo se transcreve e que se anexa à presente acta:

"Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2010

O Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2010 enfermam dos mesmos problemas e dos mesmos erros que anteriores. Está empolado, é amorfo, sem objectivos claros, sem objectivos realmente inovadores que foram tão publicitados durante os actos de campanha eleitoral.

O Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2010 infelizmente terão certamente, à semelhança de anteriores, uma execução fraca.

Duvidamos que efective na totalidade recomendações emanadas pelo Tribunal de Contas nos últimos quatro anos e consequentemente respeite na íntegra o disposto no POCAL, nomeadamente no que concerne ao empolamento das receitas.

Deste modo desvinculamo-nos de qualquer consequência legal ou outra que a aprovação deste documento possa implicar.

Não podemos pactuar com um Orçamento e Grandes Opções do Plano que mais uma vez irão defraudar os Lagoenses e as gerações vindouras. Infelizmente a Lagoa em 2010 permanecerá pouco competitiva face aos concelhos vizinhos, consequência de um Orçamento e Plano que dão apenas continuidade a políticas onde impera entre outras coisas a falta de sentido rumo ao crescimento económico e ao desenvolvimento do concelho.

Neste contexto, à semelhança de anos anteriores, a nossa posição e o nosso voto só pode ser contra o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2010 que apenas visam a manutenção do actual estado das coisas, disfarçam uma gestão pouco eficaz e lesiva para os interesses dos Lagoenses." Tendo sido entregue o documento com a declaração de voto na mesa da Assembleia, ao seu Presidente, o Presidente da Câmara pegou no documento para ler. Imediatamente o membro Paulo Jorge Borges protestou, tendo o Presidente da Câmara devolvido o referido documento ao Presidente da Assembleia, respondendo que apenas queria ver se o

Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz tinha assinado aquela declaração de voto ao que o membro Paulo Jorge Borges respondeu que o referido Presidente de Junta de Freguesia não tinha subscrito aquela declaração de voto.

O membro Roberto Oliveira questionou o Senhor Presidente da Câmara se no próximo ano irá continuar a prestação de serviços, na área da saúde, com o médico na freguesia do Cabouco. Sobre a área do ambiente questionou se há capacidade para fazer melhor porque existem zonas no Concelho de Lagoa que necessitam de uma melhor intervenção.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que a prestação de serviços com o médico surgiu num período em que as respostas para se obter uma consulta na Unidade de Saúde de Lagoa não eram as melhores. No ano de 2010 irá continuar aquele serviço de consultas médicas, na freguesia do Cabouco. Relativamente à área do ambiente informou que por parte da Câmara Municipal tem sido feito um esforço nesta área. Com a privatização do Serviço de recolha de RSU no Concelho de Lagoa haverá libertação de recursos humanos que serão afectos aos Serviços Urbanos.

O membro Roberto Oliveira referiu que não vota contra o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de 2010 irá abster-se. Não fez parte deste Órgão no passado e este é um Plano para pagar obras já executadas em anos anteriores. Sugeriu que houvesse uma visita guiada às obras a decorrer pela Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que tem sido prática, os membros da Assembleia Municipal visitarem as obras que decorrem pela Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com seis votos contra dos membros: Vasco Garcia; Leonel da Silveira; Cláudia Galego; Paulo Jorge Borges; Francisco Vieira e Pedro Monteiro e duas abstenções dos membros: Rosa Borges e Roberto Oliveira dos vinte e cinco membros presentes:

1º Aprovar o Orçamento para 2010 no montante de 19.795.000,00 € (dezanove milhões setecentos e noventa e cinco mil euros);

2º Aprovar as Grandes Opções do Plano para 2010;

3º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da Câmara presentes, a fim de evitar a sua transcrição em acta, conforme determina o artigo 5º do Decreto-Lei nº 45 362, de 21 de Novembro de 1963, na sua actual redacção dada pelo Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de Agosto.

PONTO Nº 6 – MAPA DE PESSOAL:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de Remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções dos membros: Cláudia Galego; Paulo Jorge Borges e Pedro Monteiro dos vinte e cinco membros presentes:

1º Aprovar a proposta apresentada do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, nos termos da alínea o) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e nº 3 do artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 7 – PROTOCOLO FINANCEIRO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do protocolo financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, cujo teor abaixo se transcreve:

"A Câmara Municipal de Lagoa (Açores), representada pelo seu Presidente o Senhor Eng. João António Ferreira Ponte e a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, representada pelo seu Presidente o Senhor Durval Carlos Simas Faria.

Firmam através deste documento, após autorização expressa das respectivas Assembleia Municipal e de Freguesia em sessão de ... e de ..., as bases pelas quais se regerá a transferência, de responsabilidades e competências da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, ao abrigo da alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, cumpridas as formalidades previstas na alínea c) do nº 5 do artigo 34º e alínea l) do nº 2 do artigo 17º daquele diploma legal.

ARTIGO 1º

(OBJECTO)

O presente protocolo tem por objecto a transferência de competências da Câmara Municipal de Lagoa para a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário.

ARTIGO 2º

(COMPETÊNCIAS DELEGADAS)

1 - A Câmara Municipal de Lagoa delega na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário as seguintes competências:

1.1 – Gestão, manutenção e limpeza dos seguintes espaços e infra-estruturas:

- Zonas ajardinadas, respectivos sanitários e Praça de Nossa Sra. do Rosário;
- Instalações Sanitárias do Porto dos Carneiros;
- Largo de Saint – Thérèse;
- Praceta do Pombal;
- Centro de Convívio da Atalhada;
- Zona Urbana da Freguesia.

Como contrapartida a Câmara Municipal de Lagoa irá transferir o montante de 48.000,00 €

1.2 - Realização de eventos culturais – 6.000,00 €

1.3 - Construção de muros e passeios da Freguesia – 21.600,00 €

1.4 - Beneficiação do Edifício da Junta de Freguesia – 10.000,00 €.

ARTIGO 3º

(RESPONSABILIDADES)

1 - A Junta de Freguesia do Rosário obriga-se a exercer todas as competências delegadas referidas no artigo anterior.

2 - A Câmara Municipal de Lagoa, quer por solicitação da Junta de Freguesia do Rosário, quer por decisão fundamentada, comunicada à Junta de Freguesia do Rosário, poderá intervir nas áreas descentralizadas, nomeadamente quando esta não cumpra as obrigações decorrentes do presente protocolo.

3 - Em qualquer dos casos referidos no número anterior os custos respectivos serão reduzidos à verba anual a receber pela Junta de Freguesia.

ARTIGO 4º

(RECURSO FINANCEIRO)

1 - Para financiamento das competências delegadas ao abrigo dos pontos 1.1, 1.2 e 1.3 da cláusula 2ª do presente protocolo, a Câmara Municipal de Lagoa transfere para a Junta de Freguesia do Rosário a quantia de 6.300,00 € (seis mil e trezentos euros), por cada mês.

2 - O valor referente à competência, prevista no ponto 1.4 da cláusula 2ª, será transferido em conformidade com a evolução das obras.

ARTIGO 5º

(MODO DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS)

As verbas referidas no número anterior serão transferidas mensalmente, até ao dia trinta do mês a que respeitarem.

ARTIGO 6º

(VIGÊNCIA)

1 - O presente protocolo terá início em 01 de Janeiro de 2010 e será válido até 31 de Dezembro 2010, salvo se qualquer das partes o denunciar mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 60 dias.

2 - Quando a denúncia for da iniciativa da Junta de Freguesia do Rosário esta obriga-se a garantir as responsabilidades assumidas pelo presente protocolo, e respeitantes ao período correspondente às verbas transferidas pela Câmara Municipal, salvo acordo escrito em contrário.

3 - O não cumprimento deste Protocolo Financeiro por qualquer das partes intervenientes, será objecto de justa causa para a rescisão do mesmo a partir da data do não cumprimento, salvo acordo escrito entre as partes.”

O membro Paulo Jorge Borges referiu que irá abster-se nos pontos 7, 8, 9, 10 e 11 atendendo que houve introdução de novas variáveis nos Protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia do Concelho e irá ver o que as mesmas trazem de mais-valias.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que reuniu com todos os Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho, sobre a delegação de competências da Câmara Municipal nas respectivas Juntas de Freguesia e reconhece o trabalho que é feito pelas Juntas de Freguesia.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com uma abstenção do membro Paulo Jorge Borges dos vinte e cinco membros presentes:

1º Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, de acordo com a alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 8 – PROTOCOLO FINANCEIRO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ:

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do protocolo financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia de Santa Cruz, cujo teor abaixo se transcreve:

“A Câmara Municipal de Lagoa (Açores), representada pelo seu Presidente o Senhor Eng. João António Ferreira Ponte e a Junta de Freguesia de Santa Cruz representada pelo seu Presidente o Senhor António Augusto da Ponte Borges.

Firmam através deste documento, após autorização expressa das respectivas Assembleia Municipal e de Freguesia em sessão de ... e de ... as bases pelas quais se regerá a transferência, de responsabilidades e competências da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, ao abrigo da alínea s) do nº2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, cumpridas as formalidades previstas na alínea c) do nº 5 do artigo 34º e alínea l) do nº 2 do artigo 17º daquele diploma legal.

ARTIGO 1º

(OBJECTO)

O presente protocolo tem por objecto a transferência de competências da Câmara Municipal de Lagoa para a Junta de Freguesia de Santa Cruz.

ARTIGO 2º

(COMPETÊNCIAS DELEGADAS)

1 - A Câmara Municipal de Lagoa delega na Junta de Freguesia de Santa Cruz as seguintes competências:

1.1 - Gestão, manutenção e limpeza dos seguintes espaços e infra-estruturas:

- Jardim do Convento dos Frades;
- Polidesportivo, zonas envolventes ajardinadas, respectivos sanitários, incluindo o pagamento de electricidade;
- Sanitários públicos do jardim, incluindo o pagamento de electricidade;
- Largo do Chafariz, incluindo o pagamento de electricidade;
- Zona Urbana da Freguesia;
- Recantos ajardinados da freguesia.

Como contrapartida a Câmara Municipal de Lagoa irá transferir o montante de 36.000,00 €

1.2 - Realização de eventos culturais (Festas de Santo António) – 20.500,00 €

1.3 - Construção de muros e passeios da freguesia – 21.600,00 €

1.4 - Construção de um Edifício Polivalente, em Santa Cruz – 90.000,00 €

1.5 - Remodelação do Jardim de Santa Cruz – 15.000,00 €.

ARTIGO 3º

(RESPONSABILIDADES)

1 - A Junta de Freguesia de Santa Cruz obriga-se a exercer todas as competências delegadas referidas no artigo anterior.

2 - A Câmara Municipal de Lagoa, quer por solicitação da Junta de Santa Cruz, quer por decisão fundamentada, comunicada à Junta de Freguesia de Santa Cruz, poderá intervir nas áreas descentralizadas, nomeadamente quando esta não cumpra as obrigações decorrentes do presente protocolo.

3 - Em qualquer dos casos referidos no número anterior os custos respectivos serão reduzidos à verba anual a receber pela Junta de Freguesia.

ARTIGO 4º

(RECURSO FINANCEIRO)

1 - Para financiamento das competências delegadas ao abrigo dos pontos 1.1 e 1.3 da cláusula 2ª do presente protocolo, a Câmara Municipal de Lagoa transfere para a Junta de Freguesia de Santa Cruz a quantia de 4.800,00 € (quatro mil e oitocentos euros) por cada mês.

2 - Os valores referentes às restantes competências, previstas nos pontos 1.2, 1.4 e 1.5 da cláusula 2ª, serão transferidos em conformidade com a execução das mesmas.

ARTIGO 5º

(MODO DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS)

As verbas referidas no número anterior serão transferidas mensalmente, até ao dia trinta do mês a que respeitarem.

ARTIGO 6º

(VIGÊNCIA)

1 - O presente protocolo terá início em 01 de Janeiro de 2010 e será válido até 31 de Dezembro 2010, salvo se qualquer das partes o denunciar mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 60 dias.

2 - Quando a denúncia for da iniciativa da Junta de Freguesia de Santa Cruz esta obriga-se a garantir as responsabilidades assumidas pelo presente protocolo, e respeitantes ao período correspondente às verbas transferidas pela Câmara Municipal, salvo acordo escrito em contrário.

3 - O não cumprimento deste Protocolo Financeiro por qualquer das partes intervenientes, será objecto de justa causa para a rescisão do mesmo a partir da data do não cumprimento, salvo acordo escrito entre as partes.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com uma abstenção do membro Paulo Jorge Borges dos vinte e cinco membros presentes:

1º Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Santa Cruz, de acordo com a alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 9 – PROTOCOLO FINANCEIRO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUA DE PAU:

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do protocolo financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia de Água de Pau, cujo teor abaixo se transcreve:

“A Câmara Municipal de Lagoa (Açores), representada pelo seu Presidente o Senhor Eng. João António Ferreira Ponte e a Junta de Freguesia de Água de Pau, representada pelo seu Presidente o Senhor Roberto Manuel Pereira Sousa.

Firmam através deste documento, após autorização expressa das respectivas Assembleia Municipal e de Freguesia em sessão de e de, as bases pelas quais se regerá a transferência, de responsabilidades e competências da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, ao abrigo da alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, cumpridas as formalidades previstas na alínea c) do nº 5 do artigo 34º e alínea l) do nº 2 do artigo 17º daquele diploma legal.

ARTIGO 1º

(OBJECTO)

O presente protocolo tem por objecto a transferência de competências da Câmara Municipal de Lagoa para a Junta de Freguesia de Água de Pau.

ARTIGO 2º

(COMPETÊNCIAS DELEGADAS)

1 - A Câmara Municipal de Lagoa delega na Junta de Freguesia de Água de Pau as seguintes competências:

1.1 - Gestão, manutenção e limpeza dos seguintes espaços e infra-estruturas:

- Jardins e sanitários da freguesia;

- Zona Urbana da Freguesia.

Como contrapartida a Câmara Municipal de Lagoa irá transferir o montante de 36.000,00 €

1.2 - Realização de eventos culturais – 6.000,00 €

1.3 - Construção de muros e passeios da freguesia – 21.600,00 €

1.4 - Construção da Ermida Funerária em Água de Pau – 50.000,00 €

1.5 - Beneficiação do Cemitério de Água de Pau – 10.000,00 €.

ARTIGO 3º

(RESPONSABILIDADES)

1 - A Junta de Freguesia de Água de Pau obriga-se a exercer todas as competências delegadas referidas no artigo anterior.

2 - A Câmara Municipal de Lagoa, quer por solicitação da Junta de Freguesia de Água de Pau, quer por decisão fundamentada, comunicada à Junta de Freguesia de Água de Pau, poderá intervir nas áreas descentralizadas, nomeadamente quando esta não cumpra as obrigações decorrentes do presente protocolo.

3 - Em qualquer dos casos referidos no número anterior os custos respectivos serão reduzidos à verba anual a receber pela Junta de Freguesia.

ARTIGO 4º

(RECURSO FINANCEIRO)

1 - Para financiamento das competências delegadas ao abrigo dos pontos 1.1, 1.2 e 1.3 da cláusula 2ª do presente protocolo, a Câmara Municipal de Lagoa transfere para a Junta de Freguesia de Água de Pau a quantia de € 5.300,00 (cinco mil e trezentos euros) por cada mês.

2 - Os valores referentes às restantes competências, previstas nos pontos 1.4 e 1.5 da cláusula 2ª, serão transferidos em conformidade com a evolução das obras.

ARTIGO 5º

(MODO DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS)

As verbas referidas no número anterior serão transferidas mensalmente, até ao dia trinta do mês a que respeitarem.

ARTIGO 6º

(VIGÊNCIA)

1 - O presente protocolo terá início em 01 de Janeiro de 2010 e será válido até 31 de Dezembro 2010, salvo se qualquer das partes o denunciar mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 60 dias.

2 - Quando a denúncia for da iniciativa da Junta de Freguesia de Água de Pau esta obriga-se a garantir as responsabilidades assumidas pelo presente protocolo, e respeitantes ao período correspondente às verbas transferidas pela Câmara Municipal, salvo acordo escrito em contrário.

3 - O não cumprimento deste Protocolo Financeiro por qualquer das partes intervenientes, será objecto de justa causa para a rescisão do mesmo, a partir da data do não cumprimento, salvo acordo escrito entre as partes.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com uma abstenção do membro Paulo Jorge Borges dos vinte e cinco membros presentes:

1º Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Água de Pau, de acordo com a alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 10 – PROTOCOLO FINANCEIRO COM A JUNTA DE FREGUESIA DO CABOUÇO:

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do protocolo financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia do Cabouco, cujo teor abaixo se transcreve:

“A Câmara Municipal de Lagoa (Açores), representada pelo seu Presidente o Senhor Eng. João António Ferreira Ponte e a Junta de Freguesia do Cabouco, representada pela sua Presidente a Senhora Anabela da Silva Calisto.

Firmam através deste documento, após autorização expressa das respectivas Assembleia Municipal e de Freguesia em sessões de e de.. , as bases pelas quais se regerá a transferência, de responsabilidades e competências da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, ao abrigo da alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, cumpridas as formalidades previstas na alínea c) do nº 5 do artigo 34º e alínea l) do nº 2 do artigo 17º daquele diploma legal.

ARTIGO 1º

(OBJECTO)

O presente protocolo tem por objecto a transferência de competências da Câmara Municipal de Lagoa para a Junta de Freguesia do Cabouco.

ARTIGO 2º

(COMPETÊNCIAS DELEGADAS)

1- A Câmara Municipal de Lagoa delega na Junta de Freguesia do Cabouco as seguintes competências:

1.1 - Gestão, manutenção e limpeza dos seguintes espaços e infra-estruturas:

- Zonas verdes do Polidesportivo do Cabouco;

- Arruamentos da freguesia.

Como contrapartida a Câmara Municipal de Lagoa irá transferir o montante de 24.000,00 €

1.2 - Realização de eventos culturais – 5.000,00 €

1.3 - Construção de muros e passeios da Freguesia – 12.000,00 €

1.4 - Construção de um Edifício de Apoio à Junta de Freguesia do Cabouco – 10.000,00 €.

ARTIGO 3º

(RESPONSABILIDADES)

1 - A Junta de Freguesia do Cabouco obriga-se a exercer todas as competências delegadas referidas no artigo anterior.

2 - A Câmara Municipal de Lagoa, quer por solicitação da Junta de Freguesia do Cabouco, quer por decisão fundamentada, comunicada à Junta de Freguesia do Cabouco, poderá intervir nas áreas descentralizadas, nomeadamente quando esta não cumpra as obrigações decorrentes do presente protocolo.

3 - Em qualquer dos casos referidos no número anterior os custos respectivos serão reduzidos à verba anual a receber pela Junta de Freguesia.

ARTIGO 4º

(RECURSO FINANCEIRO)

1 - Para financiamento das competências delegadas ao abrigo dos pontos 1.1, 1.2 e 1.3 da cláusula 2ª do presente protocolo, a Câmara Municipal de Lagoa transfere para a Junta de Freguesia do Cabouco a quantia de 3.416,66 € (três mil quatrocentos e dezasseis euros e sessenta e seis cêntimos) por cada mês.

2 - O valor referente à competência, prevista no ponto 1.4 da cláusula 2ª, será transferido em conformidade com a evolução das obras.

ARTIGO 5º

(MODO DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS)

As verbas referidas no número anterior serão transferidas mensalmente, até ao dia trinta do mês a que respeitarem.

ARTIGO 6º

(VIGÊNCIA)

1 - O presente protocolo terá início em 01 de Janeiro de 2010 e será válido até 31 de Dezembro 2010, salvo se qualquer das partes o denunciar mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 60 dias.

2 - Quando a denúncia for da iniciativa da Junta de Freguesia do Cabouco esta obriga -se a garantir as responsabilidades assumidas pelo presente protocolo, e respeitantes ao período correspondente às verbas transferidas pela Câmara Municipal, salvo acordo escrito em contrário.

3 - O não cumprimento deste Protocolo Financeiro por qualquer das partes intervenientes, será objecto de justa causa para a rescisão do mesmo a partir da data do não cumprimento, salvo acordo escrito entre as partes.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com uma abstenção do membro Paulo Jorge Borges dos vinte e cinco membros presentes:

1º Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia do Cabouco, de acordo com a alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 11 – PROTOCOLO FINANCEIRO COM A JUNTA DE FREGUESIA DA RIBEIRA CHÃ:

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do protocolo financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia da Ribeira Chã, cujo teor abaixo se transcreve:

“A Câmara Municipal de Lagoa (Açores), representada pelo seu Presidente o Senhor Eng. João António Ferreira Ponte e a Junta de Freguesia da Ribeira Chã, representada pela sua Presidente a Senhora Albertina Maria Costa Oliveira.

Firmam através deste documento, após autorização expressa das respectivas Assembleia Municipal e de Freguesia em sessões de e de ..., as bases pelas quais se regerá a transferência, de responsabilidades e competências da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, ao abrigo da alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, cumpridas as formalidades previstas na alínea c) do nº 5 do artigo 34º e alínea l) do nº 2 do artigo 17º daquele diploma legal.

ARTIGO 1º

(OBJECTO)

O presente protocolo tem por objecto a transferência de competências da Câmara Municipal de Lagoa para a Junta de Freguesia da Ribeira Chã.

ARTIGO 2º

(COMPETÊNCIAS DELEGADAS)

1 - A Câmara Municipal de Lagoa delega na Junta de Freguesia da Ribeira Chã as seguintes competências:

1.1 - Gestão, manutenção e limpeza dos seguintes espaços e infra-estruturas:

- Jardins e sanitários da Freguesia;

- Arruamentos da Freguesia.

Como contrapartida a Câmara Municipal de Lagoa irá transferir o montante de 12.200,00 €

1.2 - Realização de eventos culturais – 5.000,00 €

1.3 - Construção de muros e passeios da Freguesia – 10.000,00 €

1.4 - Reabilitação do Cemitério da Ribeira Chã – 10.000,00 €.

ARTIGO 3º

(RESPONSABILIDADES)

1 - A Junta de Freguesia da Ribeira Chã obriga-se a exercer todas as competências delegadas referidas no artigo anterior.

2 - A Câmara Municipal de Lagoa, quer por solicitação da Junta de Freguesia da Ribeira Chã, quer por decisão fundamentada, comunicada à Junta de Freguesia da Ribeira Chã, poderá intervir nas áreas descentralizadas, nomeadamente quando esta não cumpra as obrigações decorrentes do presente protocolo.

3 - Em qualquer dos casos referidos no número anterior os custos respectivos serão reduzidos à verba anual a receber pela Junta de Freguesia.

ARTIGO 4º

(RECURSO FINANCEIRO)

1 - Para financiamento das competências delegadas ao abrigo dos pontos 1.1, 1.2 e 1.3 da cláusula 2ª do presente protocolo, a Câmara Municipal de Lagoa transfere para a Junta de Freguesia da Ribeira Chã a quantia de 2.266,66 € (dois mil duzentos e sessenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos) por cada mês.

2- O valor referente à competência, prevista no ponto 1.4 da cláusula 2ª, será transferido em conformidade com a evolução das obras.

ARTIGO 5º

(MODO DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS)

As verbas referidas no número anterior serão transferidas mensalmente, até ao dia trinta do mês a que respeitarem.

ARTIGO 6º

(VIGÊNCIA)

1 - O presente protocolo terá início em 01 de Janeiro de 2010 e será válido até 31 de Dezembro 2010, salvo se qualquer das partes o denunciar mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 60 dias.

2 - Quando a denúncia for da iniciativa da Junta de Freguesia da Ribeira Chã esta obriga-se a garantir as responsabilidades assumidas pelo presente protocolo, e respeitantes ao período correspondente às verbas transferidas pela Câmara Municipal, salvo acordo escrito em contrário.

3 - O não cumprimento deste Protocolo Financeiro por qualquer das partes intervenientes, será objecto de justa causa para a rescisão do mesmo a partir da data do não cumprimento, salvo acordo escrito entre as partes.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com uma abstenção do membro Paulo Jorge Borges dos vinte e cinco membros presentes:

1º Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia da Ribeira Chã, de acordo com a alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 12 – OUTROS:

PEDIDO:

O membro Paulo Jorge Borges entregou o pedido que abaixo se transcreve:

“Venho por este meio solicitar, no âmbito das funções de deputado Municipal, o Plano de Emergência e Protecção Civil do Concelho e o Projecto para a Reabilitação do Portinho de São Pedro.”

O membro Paulo Jorge Borges comunicou que de acordo com a alínea e) do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, compete à Assembleia Municipal, apreciar, a

actividade do Município e propôs que houvesse maior dignidade nas sessões da Assembleia Municipal. Citou ainda que a mesa da Assembleia Municipal é composta por um Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário e deve estar separada do Órgão Executivo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de intervenção ao público e passou a palavra ao cidadão Jorge Amaral Borges.

No uso da palavra o cidadão Jorge Amaral Borges referiu que sempre foi uma pessoa que se preocupou com o Concelho de Lagoa.

Informou que tem assistido às últimas Sessões da Assembleia Municipal e comentou que em sua opinião, deve haver dignidade nas sessões da Assembleia Municipal e o Senhor Presidente deste Órgão deve ter outra postura e não deve intervir quando um deputado estiver a expor a sua apresentação. Destacou ainda que as votações não devem ser como as arrematações.

De forma a haver maior dignidade, opinou que os membros da Mesa da Assembleia Municipal deveriam estar separados dos membros da Câmara Municipal e não deve haver conversas entre o Presidente da Assembleia Municipal e o Presidente da Câmara Municipal.

Os deputados Municipais representam o povo que os elegeu e merecem ser tratados com seriedade.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção e o contributo.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que dignificar passa também pelas pessoas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Atendendo ser a última sessão do ano, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e desejou um Feliz Natal e um Bom Ano de 2010 o que lhe foi igualmente retribuído por todos.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e três horas e trinta minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO
